

Cauma rejeita legalização de invasão de área pública

15 MAR 1991

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) é contra a regularização das invasões de áreas públicas que vêm se proliferando na cidade, principalmente no comércio das superquadras. Na reunião do Cauma, ontem, foi criada uma comissão que vai fazer um levantamento das invasões e definir normas e mecanismos que garantam a retirada das ocupações irregulares. Os conselheiros admitiram, porém, que existem algumas invasões que poderão permanecer, desde que sejam obedecidos critérios que o Conselho vai estabelecer.

O secretário de Desenvolvimento Urbano (SDU), Newton de Castro, disse que serão toleradas algumas ocupações de área pública porque, pelo seu caráter, elas favorecem a comunidade. "Mas será um número bem restrito, e os invasores terão que pagar multas pesadas e ainda submeter o seu projeto de ocupação à apreciação do Cauma", alertou. Os conselheiros foram unânimes também no reconhecimento de que a fiscalização das invasões é falha e precisa ser intensificada urgentemente. "Entretanto, não somos os responsáveis pela fiscalização e nem temos poderes para dizer onde ela precisa ser melhorada", observou Castro.

Normas

A discussão sobre a ocupação irregular de áreas públicas, seja calçadas, áreas verdes ou estacionamento, é um assunto antigo, e desde 1989 entra na pauta do Cauma. Ontem, o Departamento de Arquitetura da SDU chegou a apresentar um projeto de normas regularizadoras. Entretanto, ele foi rejeitado pelos conselheiros, que o consideraram "genérico demais" para as diversidades de invasões. "Estas normas não atendem as opiniões do Cauma. Elas concedem,

JORNAL DE BRASÍLIA

Marcio Batista



Os conselheiros do Cauma farão novo levantamento das invasões

por exemplo, autorização para ocupação transitória e todos nós sabemos que com o passar do tempo as invasões vão se tornando permanentes", ressaltou o conselheiro Luiz Estevão.

O conselheiro Romerito Amaral — que solicitou a reunião extraordinária de ontem, para tratar exclusivamente do assunto — também discordou das normas apresentadas, comentando que elas propõem critérios que não são possíveis de serem executados nem em grandes obras. "A norma detalha questões pequenas, como limite de passagem para pedestre, conservação de gramados e, na prática, sabemos que isso não será cumprido".

Grupo

Embora o Cauma já tenha se posicionado contra as invasões e tenha inclusive criado um grupo para definir critérios de ocupação ou desocupação das áreas já invadidas,

das, a decisão definitiva será da Câmara Legislativa. "Com a implantação da Câmara, passamos a ser um órgão consultivo, e por isso queremos dar o nosso parecer e todos os subsídios técnicos para a apreciação dos deputados que futuramente analisarão o problema", ressaltou Newton de Castro.

O grupo é composto por cinco conselheiros, entre eles o procurador do GDF, José Milton Ferreira e a filha de Lúcio Costa — autor do projeto urbanístico de Brasília — Maria Elisa Costa. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano vai oferecer infra-estrutura para o trabalho do grupo, e quando o levantamento e os critérios estiverem prontos, o Cauma volta a se reunir, extraordinariamente, para apreciar o assunto. "Só depois de uma posição definitiva é que encaminharemos um anteprojeto propondo a normatização do uso de áreas públicas à Câmara", enfatiza Newton de Castro.